

Ambiência em instituições de longa permanência para idosos: rumo a uma visão mais abrangente da literatura

Ambience in long term institutions for the elderly: towards a more comprehensive view of the literature

Ambiente en centros de atención a largo plazo para ancianos: hacia una visión más completa de la literatura

Nadir Menezes Estevam da Silva
Mariana Alves da Silva do Nascimento
Maria Luisa Trindade Bestetti

RESUMO: Tem crescido o interesse da sociedade por Instituições de Longa Permanência para Idosos, uma alternativa que pode oferecer condições de assistência à heterogeneidade da velhice. Com base na literatura, o objetivo desta pesquisa é definir que elementos concorrem para que as ILPIs ofereçam ambiências adequadas, com caráter residencial e atendimento digno. Uma ambiência equilibrada propicia um espaço físico amigável e promove encontros de qualidade, criando subjetividades positivas e estimulantes.

Palavras-chave: Ambiências; Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI); Idosos.

ABSTRACT: *Society's interest in Long-Term Institutions for the Elderly has grown, an alternative that can offer conditions of assistance to the heterogeneity of old age. Based on the literature, the objective of this research is to define which elements compete for the LTIEs to offer adequate ambiances, with a residential character and dignified service. A balanced ambience provides a friendly physical space and promotes quality encounters, creating positive and stimulating subjectivities.*

Keywords: *Ambiences; Long Stay Institution for the Elderly; Elderly.*

RESUMEN: *Ha crecido el interés de la sociedad por las Instituciones de Atención a Largo Plazo para Personas Mayores, una alternativa que puede ofrecer condiciones para ayudar a la heterogeneidad de la vejez. Con base en la literatura, el objetivo de esta investigación es definir qué elementos contribuyen para que las LTCF ofrezcan ambientes adecuados, con carácter residencial y servicio digno. Un ambiente equilibrado proporciona un espacio físico amigable y promueve reuniones de calidad, creando subjetividades positivas y estimulantes.*

Palabras clave: *Ambientes; Institución de larga estancia para personas mayores (ILPI); Mayores.*

Introdução

A mudança do perfil da população brasileira com a presença de idosos mais longevos, cuja velhice e processo de envelhecimento estão sendo estudados para melhor compreensão desse acontecimento, tem trazido à tona a necessidade de soluções de moradia mais efetivas para atendimento a essa população. Estima-se que, em 2030, haverá 224 milhões de brasileiros, sendo aproximadamente 20% idosos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018). A longevidade se revela como uma grande conquista do ser humano, acompanhada de um grande desafio, que é envelhecer com qualidade de vida. Mazzaferro e Bernhoeft (2016) registram que o termo longevidade significa “duração da vida mais longa que o comum”, conquistada pelas transformações sociais e pelos avanços científicos da medicina.

As políticas sociais e econômicas contribuíram para esse cenário, repercutindo na taxa de natalidade e definindo o atual perfil demográfico da população brasileira (Pereira, & Concone, 2018).

Gerontologia é a ciência que estuda o envelhecimento humano, um processo natural ininterrupto que se inicia no momento da concepção, finalizando com a morte, e deve ser entendido dentro do contexto biológico, psicológico e social (Papaléo Netto, 2013). Duarte (2014) destaca que a velhice é uma etapa do curso, acontecendo de forma diferente para cada indivíduo, dado que é heterogênea, dependendo da cultura e da história de vida de cada um, sendo assim entendida de forma individual como um processo dinâmico, que vai se modificando e gerando demandas durante a trajetória da vida. Dentro desse contexto, Papaléo Netto (2013) ressalta que a atenção à saúde é primordial para a pessoa idosa em todos os seus aspectos. As Instituições de Longa Permanência para idosos (ILPI) vêm para suprir as necessidades desse cenário, em que é necessário que o cuidado seja integral visando ao bem-estar físico, psíquico e social, provendo moradia, higiene, alimentação e acompanhamento de saúde dos residentes (Dutra, *et al.*, 2016). Papaléo Netto (2013) ainda enfatiza a importância da atenção multidimensional e a participação dos diversos profissionais no cuidado à pessoa idosa. São necessários programas contínuos de promoção de saúde quanto ao declínio cognitivo e funcional e às doenças crônicas, com grande consumo de medicamentos.

Percebemos que o processo de mudança nas variadas formas de composição da família vai se adaptando para satisfazer as necessidades impostas pela sociedade, já que o papel social da pessoa idosa, diferente daquele que ocupou na juventude, assume um novo lugar, mesmo em se tornando um aposentado e encarando a velhice como um ônus (Santana, Oliveira, & Meira, 2013). Mazzaferro e Bernhoeft (2016, p. 87) afirmam que “velho é o que todo mundo já sabe, e todos entendem ser declinante biológica e socialmente”. Normalmente a família é a responsável pela institucionalização do seu ente querido, decisão que vem acompanhada pela sensação de incapacidade de prover o cuidado. De acordo com Camarano e Kanso (2010), o Brasil conta com um número expressivo de idosos que necessitam de cuidados de longa duração e, por conta dessa demanda, nota-se que aos poucos vem crescendo o interesse da sociedade pelos equipamentos de assistência às pessoas idosas, pois, em muitos casos, as famílias encontram dificuldade para dar atenção e os cuidados necessários (Silva, & Yamaguchi, 2017).

Métodos

Para a realização desta pesquisa focou-se na busca por artigos científicos, complementada com a inclusão de capítulos de livros, teses e dissertações. Foram utilizadas as bases de dados Ageline, Social Services Abstracts e Periódicos CAPES. Artigos recomendados por outras fontes também foram inclusos. As buscas ocorreram entre setembro de 2018 e janeiro de 2019. Os critérios de inclusão utilizados foram os seguintes: a) artigo completo nacional ou internacional; b) publicado em língua inglesa, espanhola ou portuguesa; c) datado de 2014 a 2019. Em todas as bases foram utilizados os seguintes descritores: “long-term institutionalization” or “long-term facility” or “long-term care” or “long-term institution” or “nursing home” or “assisted living” or “retirement home”, and “ambiente”, “elderly”, “family”, “environment”, “institutionalized elderly”. O campo selecionado para pesquisa foi “any field”, visando a maximizar o número de publicações encontradas.

Inicialmente a busca resultou em 638 artigos. Todos os títulos dos artigos foram lidos e, caso fossem incompatíveis com o escopo da pesquisa, eram excluídos, resultando em 55 artigos potencialmente relevantes. Após a leitura do resumo, 34 artigos foram selecionados para a leitura completa do texto. Outros dez artigos foram incluídos advindos de outras fontes. Os critérios de exclusão utilizados foram: a) artigo incompleto ou indisponível; b) assuntos incompatíveis com o escopo desta pesquisa; c) participantes não idosos; d) foco em condições específicas, como idosos com demências; e) foco em aspectos específicos do ambiente. Após a leitura dos textos completos, 17 artigos se enquadraram nos critérios de inclusão e exclusão e serviram como base para este trabalho, além de outros materiais como capítulos de livros, cartilhas, leis, teses e dissertações.

Resultados e Discussão

A seguir, serão descritos os resultados obtidos, que foram subdivididos em quatro itens, a saber: as teorias da Gerontologia Ambiental, a ambiência e os ambientes enriquecidos, as moradias institucionais para idosos e as instituições de longa permanência para idosos.

As teorias da Gerontologia Ambiental

A Gerontologia Ambiental é um campo interdisciplinar que tem contribuído de forma significativa para a qualidade de vida dos idosos, ao se dedicar a compreender e modificar a relação pessoa-ambiente, que vai desde a esfera residencial ao espaço urbano e rural (Batistoni, 2014; Machado, 2018). Suas áreas de interesse são diversas e abordam desde questões residenciais como as possibilidades de moradia, composição da casa, modificação e adaptação da casa, configurando os microambientes, passando pelo mesoambientes, que abrangem os contextos institucionais, até questões mais amplas como vizinhança e aspectos sociais e políticos do envelhecimento nos macroambientes, que estão relacionadas aos contextos urbanos e rurais (Tomasini, 2006; Batistoni, 2014). Grandes contribuições de Teorias Clássicas para a Gerontologia Ambiental têm sido dadas por pesquisadores, tendo como precursores Lawton e Nahemow a partir de 1973, com o desenvolvimento do modelo ecológico ou pressão-competência, cujo foco está direcionado aos aspectos físicos do ambiente, defendendo que o comportamento na velhice é uma função da competência pessoal em interação com a pressão ambiental. Competência diz respeito às capacidades do indivíduo para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência e pessoais, sendo que a pressão ambiental se refere às demandas pessoais, sociais e do ambiente. A relação entre pressão e competência leva a dois desfechos: a proatividade ambiental, que ocorre quando a pessoa altera ativamente seu ambiente para suprir suas necessidades, e a docilidade ambiental, quando a competência do indivíduo não é suficiente frente às demandas do ambiente, levando a uma atitude passiva (Tomasini, 2006; Batistoni, 2014; Machado, 2018).

Em 1975, Kahana apresenta o modelo de congruência, visando a explicar o impacto do ambiente sobre o bem-estar e ajuste dos idosos. Segundo Tomasini (2006), esse modelo está alicerçado no modelo de pressão e competência de Lawton e Nahemow. Nesse contexto, aparecem os conceitos de ajuste ou desajuste, relacionados a pessoa/ambiente; assim, o ajuste é entendido como nível de competência em determinados domínios e é congruente ao grau de pressão ambiental (Batistoni, 2014). Basicamente esse modelo pretende esclarecer o impacto entre o bem-estar e o ajuste dos idosos, e com base na congruência entre ambiente e necessidades individuais (Kahana, 1975, como citado em Machado, 2018).

Schooler desenvolveu, em 1982, o modelo de estresse, considerando os de avaliação, enfrentamento e reavaliação, que sustentam a interação pessoa-ambiente. Em 1984, o modelo complementar de congruência desenvolvido por Carp e Carp amplia o anterior, considerando os aspectos subjetivos, além dos físicos, através de elementos tais como: socialização, privacidade e experiência estética. Moos e Lemke desenvolvem o modelo socioecológico em 1985, defendendo que os ambientes sociais e físicos influenciam o comportamento individual, sendo igualmente influenciados por ele. Finalmente, os pesquisadores Rowles, Oswald e Hunter, em 2007, apresentam o modelo de visão transacional das pessoas idosas em seus ambientes, relacionando aspectos físicos, sociais e autobiográficos do indivíduo, de acordo com sua história de vida em um dado lugar (Tomasini, 2006; Batistoni, 2014; Machado, 2018).

Wahl e Oswald (2010, como citados em Batistoni, 2014; Machado, 2018) também contribuíram com os conceitos de agência e pertencimento. O pertencimento está relacionado à vivência de um indivíduo e sua relação com o ambiente, envolvendo aspectos subjetivos expressados através da satisfação, apego e significados do lugar, construídos ao longo do tempo, o que demonstra quão integrada ao ambiente uma pessoa se sente. A agência refere-se à capacidade de agir e exercer controle sobre o meio em que vive uma pessoa. Agência e pertencimento conversam entre si e resultam no senso de autonomia e identidade, o que afeta o bem-estar e qualidade de vida dos idosos. Cabe ressaltar a escassa bibliografia existente sobre os modelos apresentados, especialmente a partir de trabalhos realizados no Brasil.

A ambiência e os ambientes enriquecidos

Gradativamente, tem-se ampliado o conceito de moradia, e o seu significado vai além das paredes, tetos e objetos de estimação, estando inserido dentro de um contexto que estabelece as ligações afetivas, sentidos, pertencimento, prazer, dentro de um determinado lugar e sua respectiva cultura. Bestetti (2014) afirma que ambiência diz respeito ao espaço físico, mas também à condição emocional que se constrói nos ambientes compostos com objetos e pessoas. Reflete-se diretamente no bem-estar dos indivíduos, de forma a criar condições positivas ou negativas para as trocas entre os diversos atores que ocupam esse espaço.

“Quando falamos em ambiência, pensamos em humanização por meio do equilíbrio de elementos que compõem os espaços, considerando fatores que permitam o protagonismo e a participação” (Bestetti, 2014, p. 602).

De acordo com a Cartilha da Ambiência, desenvolvida através da Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) (Ministério da Saúde, & Secretaria de Atenção à Saúde, 2010, p. 5), a Ambiência na saúde refere o “tratamento dado ao espaço físico entendido como espaço social, profissional e de relações interpessoais que deve proporcionar atenção acolhedora, resolutiva e humana”. Apoiase em três eixos: confortabilidade, produção de subjetividades e melhoria nos processos de trabalho. A confortabilidade valoriza a privacidade, o conforto e a individualidade de cada indivíduo, estes associados aos elementos intangíveis que compõem o ambiente, tais como cor, cheiro e som, assim como dependem de boas condições ambientais referentes à ventilação, iluminação e temperatura. Está também relacionada à distribuição dos elementos fixos e móveis, para garantir orientação e acessibilidade. A produção de subjetividades, por sua vez, depende do arranjo do espaço e dos esforços empreendidos para utilizá-lo, impactando no bem-estar subjetivo através do encontro dos sujeitos, da possibilidade de reflexão e da capacidade de ação, sendo fundamental a qualidade dos elementos desse ambiente para que haja encontros produtivos. Por fim, a melhoria nos processos de trabalho refere a execução de atividades as quais priorizam a otimização de recursos, a humanização e o acolhimento, de modo que o ambiente seja resolutivo e estimulante para todos os atores sociais que o utilizam, criando relações produtivas.

Para que haja efetiva condição de ambiência positiva no ambiente físico, é preciso concebê-lo a partir do Desenho Universal, que é um princípio de concepção tendo como principal objetivo criar ambientes e produtos para todos, de modo mais amplo possível. O termo foi instituído pelo arquiteto Ron Mace em 1985, nos Estados Unidos, influenciando de forma significativa na mudança de paradigmas para projetos urbanos, arquitetura e *design*, de modo a oferecer espaços mais amigáveis para facilitar o acesso de todos. Estabelece sete princípios, adotados mundialmente, com parâmetros para que ambientes construídos e produtos possam contemplar a maioria dos usuários. Envolve condições de uso para que seja equitativo, flexível, simples e intuitivo, com informação de fácil percepção e tolerância ao erro, exigindo esforço físico mínimo e dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente, com o objetivo de evitar a necessidade de adaptação ou composição de projeto especializado para atender demandas

de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, oferecendo melhor ergonomia para todos (São Paulo (Estado), 2010).

Ergonomia é uma ciência que estuda a relação entre o homem e as suas ferramentas de trabalho (Bestetti, 2014). Pode ser utilizada em diferentes contextos, através da melhoria na qualidade dos ambientes visto que se refere à maior efetividade produtiva com o menor esforço, evitando desgastes desnecessários. Segundo Sobral, Paiva, Porto e Villarouco (2015), as relações humano-espaciais influenciam de modo significativo no comportamento, humor e posse dos espaços. A ergonomia tem um papel fundamental na relação homem-ambiente, pois proporciona bem-estar, segurança e conforto, através da melhor adequação e otimização dos espaços.

Estudos ergonômicos têm muito a agregar no caso de moradias institucionais que atendem pessoas idosas, pois podem aumentar a eficiência organizacional, pela maior produtividade e menor esforço, proporcionando qualidade na vida diária dos moradores, colaboradores e familiares. Outro aspecto fundamental refere-se à acessibilidade, no Brasil com recomendações pela NBR 9050:2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Acessível diz respeito a tudo que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, considerando ser adaptável quando for necessário alterar para se tornar acessível ou adequado, quando já for planejado para essa condição. Portanto, a aplicação da norma oferece a concepção de espaços e elementos disponíveis para utilização com autonomia, independência e segurança para “a maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção” (Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], 2015, p. 1).

Quando os idosos exercitam o protagonismo e a participação em boas condições ambientais, terão sua autonomia, independência, autoestima e bem-estar subjetivo favorecidos, impactando na qualidade de vida. Tesch-Römer e Wahl (2016) corroboram com essa ideia quando destacam a necessidade de estratégias e recursos ambientais que utilizem “artifícios compensatórios e otimizadores para manter a autonomia e o bem-estar (ex.: moradia adequada, mobilidade e outras tecnologias)”, através de propostas para o envelhecimento bem-sucedido, tanto na perspectiva da boa saúde ou dos cuidados (Tesch-Römer, & Wahl, 2016, p. 315). Para Neri (2014), qualidade de vida na velhice é definida como um conceito multidimensional, composta por elementos como a saúde, funcionalidade física e cognitiva, produtividade, bem-estar subjetivo, recursos econômicos e sociais etc.

Qualidade da habitação, acesso a transportes, satisfação residencial, amenidades, segurança, entre outros, são elementos importantes a serem considerados na qualidade de vida (Bowling, 2004, como citado em Neri, 2014).

Ambientes amigáveis podem possibilitar a manutenção das atividades básicas e instrumentais de vida diária, da funcionalidade e da mobilidade. Machado (2018, p. 24) afirma que os “ambientes frios e desumanizadores acentuam o declínio na funcionalidade dos idosos, enquanto ambientes que favorecem o equilíbrio e adaptação, levam à estabilização do residente e até à sua melhora.” De acordo com Burzinska e Malinin (2017), ambientes enriquecidos são importantes para preservar a capacidade cognitiva e funcional, retardando as perdas decorrentes do envelhecimento, visto que espaços complexos e estimulantes afetam as condições fisiológicas e cognitivas dos seus usuários, enquanto ambientes empobrecidos (com baixa complexidade e estimulação) estão ligados ao declínio cognitivo e funcional. Os autores enfatizam a importância do enriquecimento do ambiente através de aspectos diversos, tais como atratividade estética, proximidade, estímulo aos sentidos, variedade de usos do mesmo espaço, flexibilidade da configuração, espaços pequenos, e atividades educativas e criativas que possibilitem o engajamento e a formação de redes sociais, tornando os ambientes mais significativos (Burzinska, & Malinin, 2017).

A velhice vem acompanhada de vários elementos que interagem ao longo da vida, podendo ou não trazer a qualidade de vida desejada, estando eles relacionados a condições físicas do ambiente, condições biológicas de um indivíduo, condições oferecidas pelo seu suporte social e autoavaliação do próprio sujeito sobre seu bem-estar (Lawton, 1991, como citado em Neri, 2000). A autonomia e a independência estão em consonância com a qualidade de vida do sujeito que envelhece, sendo necessários ambientes que favoreçam as necessidades dos idosos através de espaços adaptados, tanto para os mais frágeis e com algumas dependências, quanto para aqueles que solucionam suas demandas pessoais, para que possam interagir de forma positiva com o ambiente físico e social (Machado, 2018).

As moradias institucionais para idosos

A sociedade contemporânea vem apresentando novos arranjos familiares, sendo que o modelo de família tradicional vem dando lugar a arranjos diversificados e novas configurações, que foram surgindo ao longo do tempo.

Essas mudanças, associadas ao envelhecimento populacional e à presença de idosos mais longevos, têm causado grande dificuldade para as famílias prestarem cuidados aos seus idosos. A mulher sempre foi a principal responsável por cuidar das atividades domésticas e dos familiares e, a partir do momento em que ela passa a exercer atividades laborais fora de casa, buscaram-se novas alternativas para o cuidado domiciliar. Destaca-se, dentre elas, a transferência desse cuidado para as moradias institucionais (Dutra, *et al.*, 2016; Silva, & Yamaguchi, 2017). A família constitui o principal apoio para as pessoas idosas, não apenas por questões legais, mas por questões morais e afetivas. No entanto, a grande dificuldade tem sido manter e prestar cuidados ao idoso dependente, uma vez que este necessita de ajuda para as atividades da vida diária (AVDs). Apesar de as famílias fazerem essa opção, assumindo esse compromisso ou contratando um profissional, raramente se preparam para isso e esse compromisso pode começar repentinamente, alterando a dinâmica familiar (Pereira, & Concone, 2018). Segundo Lini, Portella e Doring (2016), existem vários motivos que levam à institucionalização do idoso, sendo os principais: família pequena, declínio funcional, dificuldades financeiras e psicológicas para o cuidado no lar, e a vontade de mudar para uma instituição por sentir-se uma sobrecarga para a família. Além disso, pode haver dificuldade de convivência com os familiares, perda do cônjuge, além de diversas patologias e demências, fatores de desgaste dos vínculos previamente construídos.

A opção pela busca de uma ILPI passa a ser, portanto, cogitada pelos familiares que não têm condições de cuidar do parente idoso no seu domicílio, visto ser um serviço de acolhimento em tempo integral. Percebe-se uma procura crescente por esse serviço no Brasil, que encontra limitações pela carência de equipamentos e porque a maioria ainda seja de cunho assistencial (Pereira, & Concone, 2018). Surgem, então, novas demandas por Instituições de Longa Permanência, principalmente quando o idoso começa a desenvolver um declínio da capacidade funcional (relacionada ao desempenho físico, cognitivo e emocional do indivíduo) e necessita de ajuda para as AVDs. Contudo, muitos são os preconceitos, mitos e estereótipos com relação à institucionalização, pois está relacionada a abandono, descarte, solidão, fim de vida e segregação. Uma parcela desses preconceitos está relacionada historicamente aos antigos asilos, ligados à cristandade (Alcântara, Camarano, & Giacomini, 2016).

Mas, segundo Silva e Yamaguchi (2017, p. 118), a “institucionalização pode ser compreendida como uma alternativa bastante significativa para aqueles que desejam ou necessitam de um local de moradia para o idoso”. Entretanto, essa moradia precisa ser adequada, digna e ter um caráter residencial, além de ser aconchegante e acolhedora. Apesar do preconceito e da imagem negativa que muitos percebem sobre a ILPI, “ela talvez seja a alternativa possível para muitos idosos e suas famílias” (Oliveira, & Rozendo, 2014, p. 774).

Pereira e Concone (2018) apontam que, apesar dessas mudanças nos arranjos familiares, a lei mantém a família prioritariamente responsável pela proteção do idoso. Pela Constituição Federal de 1988 (Constituição, 1988), o artigo 223 considera “a obrigatoriedade da família, sociedade e Estado em ampará-lo, defendendo a sua dignidade, bem-estar e direito à vida”, priorizando a permanência do idoso em casa sob o cuidado dos filhos, recomendação ratificada pelo Código Civil (Lei n.º 10.406, 2002).

No ano de 2003 foi instituído no Brasil o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, 2003), com o objetivo de regular os direitos assegurados às pessoas idosas, com idade igual ou superior a sessenta anos. Normatiza também as entidades de atendimento, especialmente as ILPI e garante a proteção integral aos idosos, o que significou um grande avanço nas conquistas de seus direitos. Garante que o indivíduo “tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada” (Lei n.º 10.741, 2003), além da assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência quando verificada inexistência de grupo familiar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

Instituições de Longa Permanência para Idosos

Os asilos foram fundados há mais de 400 anos no Brasil para acolher idosos, mendigos, loucos e doentes, pois se tratava de instituições benemerentes (Berzins, & Silva, 2010). Atualmente, outro modelo de moradia ocupa seu lugar, conhecidas no Brasil como Instituições de Longa Permanência para Idosos. Essa nova nomenclatura foi sugerida pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), que adaptou o termo utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) Instituição de Cuidados de Longa Duração – Long-Term Care Institution (Camarano, & Kanso, 2010). Ainda são denominadas como casas de repouso, abrigos, clínicas geriátricas, residencial para idosos,

além de diversos nomes, tais como: Lar de Caridade, Lar da Velhice e Mendicância, Lar dos Velhinhos Abandonados, Asilo dos Pobres, Asilo da Vovó Abandonada ou Asilo da Divina Providência, conferindo um cunho marcadamente assistencialista (Berzins, & Silva, 2010; Silva, & Yamaguchi, 2017).

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) instituiu a RDC n.º 283/2005 para regulamentar o funcionamento de ILPI, priorizando a necessidade de qualificar a prestação de serviços públicos e privados nesses equipamentos. De acordo com essa resolução, Instituições de Longa Permanência para Idosos são destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania (Resolução da Diretoria Colegiada n.º 283, 2005).

Para Pallasmaa (2017, p. 8), a experiência de habitar “é, ao mesmo tempo, um evento e uma qualidade mental”, e constituída por aspectos práticos e simbólicos, de modo a organizar o mundo do habitante em um cenário funcional, material e técnico. Trata-se do espaço que tem um significado, cujos elementos que o compõem estão diariamente se comunicando com o indivíduo, trazendo sentido para sua vida. Um lar existe quando constituído por elementos que caracterizem proteção e intimidade, funcionando como um mediador entre o que é público e o que está sob seu controle no âmbito privado, materializando seu lugar no mundo através da construção de um cenário que reflete a memória pessoal. Lar é muito mais que uma construção, englobando os sentimentos mais profundos e interagindo com o ser humano ao longo da vida (Pallasmaa, 2017).

A transição da moradia original para uma coletiva, com impactos relativos a perdas de controle da própria vida e de objetos pertencentes à sua história, é agravada pela necessidade de o idoso integrar-se a um grupo diverso e estranho, exigindo um tempo de acomodação das memórias para a construção de novos vínculos. Pedroso (2018) compreende que o indivíduo precisa se reconhecer no espaço para habitá-lo, fato que está diretamente relacionado a seus vínculos, identidade, emoções, ternura, história de vida e cultura na qual está inserido e da qual provém. Portanto, para que se construa um significado, o idoso deve estabelecer vínculos com o lugar, reconhecendo-se nele, o que dependerá da história desse indivíduo para a criação do afeto, elemento essencial para que haja identificação e senso de pertencimento.

Para Pirhonen, Tiilikainen e Pietilä (2018), essa transferência pode ser considerada como um fator de risco para as rupturas no engajamento social, sendo um modo de “romper com o lar”, pois será inevitável a comparação dos momentos atuais com os do passado. Após a transição da residência, diminui consideravelmente o contato com amigos, vizinhos e parentes, trazendo sentimentos de descarte e distanciamento, além de tornar menos íntimos os relacionamentos. Deixar seu lar, que normalmente tem um grande significado, além de seus pertences e tudo o mais que tem valor em sua vida, sem contar a perda dos papéis sociais e seu lugar na família, causa um estranhamento agravado pela convivência com desconhecidos. O ser humano constrói a sua história dentro de uma determinada cultura, apropriando-se e usufruindo de espaços, sendo que a moradia é um dos que determina grande significado em sua vida. Dentro desse contexto, faz-se necessário considerar as necessidades e expectativas dos moradores com relação ao ambiente no qual estão inseridos (Pedroso, 2018).

Oliveira e Rozendo (2014) entendem que, embora sejam regidas por normas, as ILPI apresentam características únicas e comportamentos próprios derivados de costumes historicamente constituídos. Normalmente o atendimento e o cuidado são generalizados e as normas são rígidas, sendo totalmente insignificantes as preferências, os desejos e a capacidade do morador em participar e opinar sobre sua própria vida, sendo adotada uma rotina igual para todos. Dessa forma, a autonomia e a identidade do idoso vão se perdendo, colaborando para que ele se torne um indivíduo passivo, em um lugar que não se reconhece. Segundo Souza e Inácio (2017), as instituições tentam se organizar adotando regulamentos e normas para manter a ordem e a harmonia e, muitas vezes, o controle dos residentes. No entanto, a instituição pode adotar uma conduta mais flexível, deixando de generalizar para singularizar o tratamento dispensado aos moradores, lembrando que cada indivíduo é único, tem vontade própria e direito as suas escolhas; portanto, merece respeito, atenção e reconhecimento da sua dignidade. Desse modo, a integração do indivíduo como agente de transformação, através de incentivo à participação ativa, pode facilitar seu engajamento nas decisões em seu próprio benefício.

A instituição deve estar pronta para receber seu novo morador, apresentando a casa e seus novos vizinhos, bem como a equipe de colaboradores, com os quais irá interagir no seu dia a dia, a partir de uma calorosa recepção que contribuirá para sua adaptação no novo ambiente.

Essa equipe enfrenta desafios diários no cuidado com as pessoas idosas, pois se trata de um público heterogêneo, que apresenta diferentes culturas, crenças, e ainda diversos graus de dependência com comprometimentos físicos e ou cognitivos. Nesse sentido, a atenção e o cuidado devem ser integrais, humanizados, eficientes e dignos, contando com um atendimento individualizado, lembrando que cada indivíduo tem sua história de vida, seus gostos e preferências. A instituição necessita de profissionais das diversas áreas para melhor compreensão e eficiência no cuidado e essa equipe multidisciplinar tem um papel fundamental na construção do plano de atenção e cuidado. Somente compreendendo a velhice, o processo de envelhecimento e seu contexto, torna-se possível atuar de forma consciente e responsável nas ILPI.

Considerações finais

Embora a sociedade ainda mantenha seus preconceitos com relação às Instituições de Longa Permanência, é claramente uma alternativa de suporte social, um equipamento que permite ser um “lugar” de encontros de pessoas idosas, que precisam e desejam um lar. Esses modelos de assistência de longo prazo vêm se modificando gradativamente, trazendo um novo perfil do seu morador e uma nova forma de cuidar. Portanto, faz-se necessário o abandono da imagem de que nesse espaço residem idosos desprezados e abandonados pelos seus familiares. A moradia institucional pode e deve ser compreendida como uma escolha, uma opção de moradia, um lugar onde novas perspectivas e caminhos ainda podem ser trilhados, fazendo a diferença na vida da pessoa idosa, de forma que possa se sentir pertencente àquele lugar (Dezan, 2015).

É preciso compreender como funcionam esses equipamentos, buscando parâmetros que possibilitem a oferta de soluções mais favoráveis à vida em moradias institucionais, transformando o cenário atual onde ainda são comparadas aos antigos asilos. A busca por ambiências que as tornem lugares desejáveis poderá diminuir o impacto da mudança, caracterizando-as como moradias dignas para idosos em qualquer nível de dependência.

Referências

Alcântara, A. de O., Camarano, A. A., & Giacomini, K. C. (2016). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro, RJ: Ipea.

Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT. (2015). *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT.

Batistoni, S. S. T. (2014). Gerontologia Ambiental: panorama de suas contribuições para a atuação do gerontólogo. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 17(3), 647-657. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n3/1809-9823-rbgg-17-03-00647.pdf>.

Berzins, M. A. V. S., & Silva, N. A. M. E. (2010). O enfoque do serviço social. In: Domingues, M. A., et al. (Coords.). *Gerontologia: os desafios nos diversos cenários da atenção*. Barueri, SP: Manole.

Bestetti, M. L. T. (2014). Ambiência: espaço físico e comportamento. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 17(3), 601-610. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2014.13083>.

Burzynska, A. Z., & Malinin, L. H. (2017). Enriched Environments for Healthy Aging: Qualities of Seniors Housing Designs Promoting Brain and Cognitive Health. *Seniors Housing & Care Journal*, 25(1), 15-37. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://www.researchgate.net/publication/322645431>.

Camarano, A. A., & Kanso, S. (2010). Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADS. In: Camarano, A. A. (Ed.). *Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro, RJ: Ipea.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília, DF: Senado. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

Dezan, S. Z. (2015). O Envelhecimento na Contemporaneidade: reflexões sobre o cuidado em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos. *Revista de Psicologia da UNESP*, 14(2), 28-42. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-90442015000200004&lng=pt&nrm=iso.

Duarte, L. M. N. (2014). O processo de institucionalização do idoso e as territorialidades: espaço como lugar? *Estudos Interdisciplinares de Envelhecimento*, 19(1), 201-217. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/33754>.

Dutra, R. R., Vargas, S. C., Tornquist, L., Tornquist, D., Martins, V. A., Krug, S. F., & Corbellini, V. A. (2016). Refletindo sobre o processo de institucionalização do idoso. *Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção*, 1(1), 214-223. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/8040>.

IBGE. (2018). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047*. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>.

Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002). Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Lei n.º 10.741, de 1 de outubro de 2003. (2003). Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm.

Lini, E. V., Portella, M. R., & Doring, M. (2016). Factors associated with the institutionalization of the elderly: a case-control study. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 19(6), 1004-1014. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562016019.160043>.

Machado, C. C. (2018). *Avaliação da percepção dos usuários de Instituições de Longa Permanência para Idosos*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: [file:///c:/users/dados/appdata/local/packages/microsoft.microsoftedge_8wekyb3d8bbwe/tempstate/downloads/carolina_costa_machado_dissertacao%20\(1\).pdf](file:///c:/users/dados/appdata/local/packages/microsoft.microsoftedge_8wekyb3d8bbwe/tempstate/downloads/carolina_costa_machado_dissertacao%20(1).pdf).

Mazzaferro, D., & Bernhoeft, R. (2016). *Longevidade: Os desafios e as oportunidades de se reinventar*. São Paulo, SP: Évora.

Ministério da Saúde, & Secretaria de Atenção à Saúde. (2010). *Cartilha da ambiência* (2ª ed.). Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde.

Neri, A. L. (2000). Qualidade de vida na velhice e atendimento domiciliário. In: Diogo, M. J. D. E., & Duarte, Y. A. de O. (Eds.). *Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico*. São Paulo, SP: Atheneu.

Neri, A. L. (2014). *Palavras-chave em Gerontologia* (4ª ed.). Campinas, SP: Alínea.

Oliveira, J. M. de, & Rozendo, C. A. (2014). Instituição de longa permanência para idosos: um lugar de cuidado para quem não tem opção? *Revista Brasileira de Enfermagem*, 67(5), 773-779. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2014670515>.

Pallasmaa, J. (2017). *Habitar*. São Paulo, SP: Gustavo Gili.

Papaléo Netto, M. (2013). O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. In: Freitas, E. V. & Py, L. (Eds.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. (3ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan.

Pedroso, E. S. R. (2018). *Intervalos do Apego: a relação afetiva entre o idoso e a moradia coletiva institucional no Brasil e em Portugal*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/867632.pdf>.

Pereira, R. L., & Concone, M. H. V. B. (2018). Possibilidades no cuidar: história das familiares-cuidadoras do CERESI. In: Lodovici, F. M. M. (Org.). *Envelhecimento e Cuidados: uma chave para o viver*. São Paulo, SP: Portal Edições. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-e-cuidados-uma-chave-para-o-viver/>.

Pirhonen, J., Tiilikainen, E., & Pietilä, I. (2018). Ruptures of affiliation: Social isolation in assisted living for older people. *Ageing and Society*, 38(9), 1868-1886. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: DOI: <https://doi.org/10.1017/S0144686X17000289>.

Resolução da Diretoria Colegiada n.º 283, de 26 de setembro de 2005 (2005). Aprova o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html.

Santana, V. C., Oliveira, D. C., & Meira, T. A. V. (2013). Novos arranjos familiares: uma breve análise. *EfDeportes.com*, 17(177), 1-10. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://pt.scribd.com/document/268969343/Novos-Arranjos-Familiares-Uma-Breve-Analise>.

SÃO PAULO (Estado). (2010). *Diretrizes do Desenho Universal na Habitação de Interesse Social no Estado de São Paulo*. São Paulo: CDHU. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/Portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>.

Silva, N. A. M. E., & Yamaguchi, M. B. (2017). A ILPI como espaço para moradia. In: Bestetti, M. L. T., & Graeff, B. (Eds.). *Habitação e cidade para o envelhecimento digno*. São Paulo, SP: Portal do Envelhecimento. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://edicoes.portaldoenvelhecimento.com.br/produto/habitacao-e-cidade-para-o-envelhecimento-digno/>.

Sobral, E. R. F. de A., Paiva, M. M. B., Porto, N. R. S., & Villarouco, V. (2015). Discussão acerca da Percepção Ambiental, suas Ferramentas e Cognição. *Estudos em Design*, 23(3), 181-198. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: [file:///C:/Users/Dados/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bwe/TempState/Downloads/278-526-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dados/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bwe/TempState/Downloads/278-526-1-SM%20(1).pdf).

Souza, C. R. F. de, & Inácio, A. das N. (2017). Entre os muros do abrigo: compreensões do processo de institucionalização em idosos abrigados. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(1), 209-223. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082017000100015&lng=pt&nrm=iso.

Tesch-Römer, C., & Wahl, H.-W. (2016). Toward a More Comprehensive Concept of Successful Aging: Disability and Care Needs. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 72(3), 310-318. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: <https://doi.org/10.1093/geronb/gbw162>.

Tomasini, S. L. V. (2006). Envelhecimento e planejamento do ambiente construído: em busca de um enfoque interdisciplinar. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, 2, 76-88. Recuperado em 30 novembro, 2019, de: **DOI:** <https://doi.org/10.5335/rbceh.2012.22>.

Recebido em 25/02/2020

Aceito em 30/06/2020

Nadir Menezes Estevam da Silva - Assistente Social, UEL. Mestranda em Gerontologia na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, EACH-USP. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6918-1554>

E-mail: nadir.estevam@terra.com.br

Mariana Alves da Silva do Nascimento - Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie, UPM. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU. Arquiteta e Urbanista, UPM e Mestra em Gerontologia, EACH-USP.

URL: <https://orcid.org/0000-0001-8507-5981>

E-mail: mari.alvesnascimento@gmail.com

Maria Luisa Trindade Bestetti - Professora Doutora no Curso de Bacharelado e Pós-Graduação em Gerontologia da Universidade de São Paulo, USP. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, EACH. Arquiteta UFRGS. Mestra e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, USP.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5748-1974>

E-mail: maria.luisa@usp.br